



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0000942-80.2007.8.17.0990 (0238469-4)

APELANTE: MOISÉS MARQUES DA SILVA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ART. 121, § 2º, INCISOS I E IV, CPB. RECURSO DEFENSÓRIO. ALEGAÇÃO DE JULGAMENTO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS. INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE NULIDADE OU ARBITRARIEDADE. TRIBUNAL DO JÚRI. SOBERANIA DO VEREDITO. DOSIMETRIA. FIXAÇÃO DA PENA-BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. NÃO PROVIMENTO DO APELO. DECISÃO POR UNANIMIDADE.

1. Não é manifestamente contrária às provas dos autos a decisão que optou por uma das versões trazidas no processo, não havendo, portanto, qualquer arbitrariedade ou irregularidade a ser reconhecida.
2. A decisão dos jurados acolheu a versão apresentada pelo órgão acusatório, que se encontra inteiramente harmônica com a prova existente nos autos, notadamente pelo Boletim de Ocorrência (fls. 10/11), pelo Exame em Local de Homicídio (fls.15/26), pela certidão de óbito (fl. 27), pela perícia tanatoscópica (fls. 65/70), pela confissão extrajudicial do réu (fls. 37/43) e pela prova testemunhal colhida na fase inquisitorial e em juízo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

3. Apesar da primariedade do réu, a sanção imposta se mostra razoável e proporcional com os elementos de prova existentes nos autos, notadamente pela incidência das qualificadoras descritas nos incisos I e IV do art. 121, § 2º, do CPB, não havendo circunstâncias fáticas ou legais que justifiquem a sua alteração.
4. Não provimento do recurso.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Criminal nº 0000942-80.2007.8.17.0990 (0238469-4) em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso interposto pelo réu, mantendo-se integralmente a decisão recorrida, consoante o voto do Des. Relator.

Recife, 08 de outubro de 2013 ..


DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI
Presidente/Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0000942-80.2007.8.17.0990 (0238469-4)

APELANTE: MOISÉS MARQUES DA SILVA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

RELATÓRIO

Trata-se de apelação criminal interposta por **Moisés Marques da Silva** em face da decisão proferida pelo Juízo do Tribunal do Júri da Comarca de Olinda, que o condenou à pena definitiva de 16 (dezesseis) anos de reclusão, pela prática do crime previsto no art. 121, § 2º, incisos I e IV, c/c o art. 29, ambos do Código Penal.

A denúncia, baseada no Inquérito Policial, afirma que no dia 20 de maio de 2006, por volta das 20h45, na Rua 03, Jardim Brasil V, em Olinda, o acusado, ora apelante, juntamente com José Aluizio da Silva de Araújo, fazendo uso de armas de fogo, assassinaram Anderson Cabral Leite, conhecido como "Bililiu".

Narra a peça acusatória que o crime foi cometido por vingança, em virtude de uma disputa pela namorada do recorrente, e pelo fato de, dias antes, a vítima ter ameaçado Jonathan José da Silva Araújo, irmão do réu José Aluizio.

O Juízo a quo, na sentença (fls. 274/277), baseando-se na decisão proferida em plenário, condenou o réu pela prática do crime de homicídio qualificado pelo motivo torpe e pela impossibilidade de defesa da vítima, nos termos da denúncia.

Inconformado, o apelante, em suas razões recursais (fls. 309/320), pugna pela submissão a novo julgamento, afirmando que a decisão condenatória é manifestamente



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi



contrária à prova dos autos, pois além de negar a autoria delitiva, aduz que as provas utilizadas em seu desfavor foram produzidas exclusivamente na fase inquisitorial, desprovidas de segurança e credibilidade. Subsidiariamente, requer a reforma da pena imposta, ressaltando a sua primariedade e os bons antecedentes.

Em sede de contrarrazões (fls. 325/331), o representante do Ministério Público sustenta que a condenação é harmônica com o conjunto probatório, tendo sido respeitados os princípios do contraditório e da ampla defesa e ratificados em juízo os indícios colhidos na fase inquisitorial. Quanto à dosimetria, acrescenta que a sanção se mostra proporcional e razoável com as circunstâncias presentes no caso.

No mesmo sentido, a douta Procuradoria de Justiça, em parecer ofertado às fls. 338/341, opina pelo não provimento do recurso, a fim de que seja mantida a decisão recorrida em sua integralidade.

É O RELATÓRIO.

A Douta Revisão.

Recife, 15 de janeiro de 2013.


Des. Marco Antônio Cabral Maggi
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
115354

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0000942-80.2007.8.17.0990 (0238469-4)

APELANTE: MOISÉS MARQUES DA SILVA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

VOTO

Conforme relatado, trata-se de apelação criminal interposta por **Moisés Marques da Silva** em face da decisão proferida pelo Juízo do Tribunal do Júri da Comarca de Olinda, que o condenou à pena definitiva de 16 (dezesseis) anos de reclusão, pela prática do crime previsto no art. 121, § 2º, incisos I e IV, c/c o art. 29, ambos do Código Penal.

Em suas razões recursais, o apelante nega a autoria delitiva e requer a submissão a novo julgamento, argumentando que a decisão condenatória é manifestamente contrária à prova dos autos. Subsidiariamente, requer a reforma da pena imposta, ressaltando a sua primariedade e os bons antecedentes.

Inicialmente, cumpre destacar que, por se tratar de crime doloso contra a vida, o julgamento do presente processo coube ao Tribunal Popular do Júri, segundo determinação constitucional, sendo regido, portanto, pelo princípio da soberania dos veredictos.

Dessa forma, o Tribunal de Justiça só pode interferir, determinando que haja um novo júri, nos casos em que restar demonstrado ser a decisão do Conselho de Sentença totalmente arbitrária, ou seja, manifestamente contrária às provas apuradas durante a instrução criminal. A intervenção do Tribunal *ad quem* é, portanto, excepcional, segundo as normas do ordenamento jurídico nacional, pois, em regra, deve prevalecer a soberania dos julgados do júri.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

Analisando atentamente os autos, observa-se que, ao contrário do alegado pelo apelante, há prova suficiente nos autos para alicerçar a tese sustentada pelo órgão acusatório.

A materialidade e a autoria delitiva restaram devidamente comprovadas, conforme demonstram o Boletim de Ocorrência (fls. 10/11), o Exame em Local de Homicídio (fls.15/26), a certidão de óbito (fl. 27), a perícia tanatoscópica (fls. 65/70), a confissão extrajudicial do réu (fls. 37/43) e a prova testemunhal colhida na fase inquisitorial e em juízo.

Por sua relevância, destaco trechos do interrogatório realizado no Inquérito Policial, em que o réu relatou detalhadamente a motivação e a execução do crime ao afirmar:

"(...) Que quanto ao crime de Anderson Cabral Leite (Bililiu), disse o depoente que conhecia a vítima e que a mesma foi morta por ele depoente pelo motivo que dias anteriores o Bililiu tinha dado três tiros no depoente, no entanto nenhum dos tiros dados por Bililiu no depoente lhe atingiram; Que o depoente acrescentou que o fato de Bililiu ter atirado nele foi porque dias antes o depoente tinha conhecido uma menina que provavelmente estava namorando com o Bililiu, no entanto como o mesmo não gostou do fato do depoente ter conhecido sua namorada, disse o depoente que o mesmo tentou lhe matar; Que após os tiros que o Bililiu deu no depoente, ele depoente deixou passar três ou quatro dias e logo em seguida foi ao encontro do mesmo, visto que tinha o conhecimento que o Bililiu estava numa festa próximo a sua casa; Que o depoente ao ver a vítima voltou para sua casa, pegou a arma, ou seja, o referido revólver anteriormente mencionado e voltou para matar Bililiu; Que o depoente ao entrar na rua em que a vítima estava, a mesma quando se deparou com o depoente tentou correr, mas corrida essa em vão, visto que o depoente começou a atirar na vítima onde acertou vários tiros na vítima, acrescentando ainda o depoente que descarregou todo o revólver na vítima e ao acabar as balas, o depoente recarregou e deu mais três tiros, no entanto não sabe informar quantos tiros acertaram a vítima ANDERSON CABRAL, vulgo Bililiu, na ocasião quando o depoente viu Bililiu; Que perguntando mais uma vez ao depoente com que o mesmo estava na hora em que executou a vítima Anderson; Que em resposta disse o depoente, como dito antes, que realmente estava sozinho e não teve auxílio de ninguém; Que quanto a vítima ANDERSON CABRAL disse o depoente que a mesma era bandido e que fazia parte de um grupo de extermínio que atuava no morro do Cuscuz, tendo como chefe da gangue a pessoa conhecida pelo apelido de KEKEJO, o qual disse o depoente que se encontra preso; (...)"



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

Ainda na fase policial, foram ouvidos os demais integrantes do grupo criminoso ao qual o recorrente pertencia, dentre eles os irmãos Marcos Souza do Carmo (Marquinhos) (fls. 50/52) e Márcio Souza do Carmo (Biscoito) (fls. 53/57), e os também irmãos Jonathan José da Silva de Araújo (fls. 82/85) e José Aluizio Silva de Araújo (fls. 78/81), e todos confirmaram que o réu foi o autor dos disparos que ceifaram a vida de Anderson Cabral Leite.

O corréu, José Aluizio Silva de Araújo, ao ser preso em flagrante alguns dias após o crime, narrou a execução do crime, declarando expressamente "(...) Que quanto a este assassinato disse o depoente que participou dando três tiros na vítima, tendo o seu comparsa conhecido pelo apelido de MÔ, Moisés Marques da Silva, deu mais quatro tiros na vítima Anderson Cabral Leite; (...) Que o depoente afirma também que após a vítima ter caído no chão o depoente juntamente com MÔ deu mais três tiros; (...)" (fl. 79).

Em juízo, tanto a companheira da vítima, Fernanda de Alcântara Silva, como a mãe da vítima, Mônica Maria Cabral, ratificaram os depoimentos prestados no inquérito policial (fls. 28/34), e indicaram os motivos do crime, conforme se observa nos seguintes trechos das declarações prestadas em juízo (fls. 174/176)

"(...) Que antes de depor na Delegacia já suspeitava que o motivo do crime teria sido por causa da mulher conhecida por Vanda; Que suspeitava porque tinha visto ANDERSON com Vanda e pensava que ela tinha namorado; (...)" (fl. 148).

"(...) Que ela depoente viu na televisão o acusado conhecido por MÔ confessando haver assassinado o ANDERSON; Que ela depoente sabe informar que o crime teve como motivação a mulher conhecida por Vanda; Que ela depoente tomou conhecimento que no dia do crime seu filho recebeu várias ligações de uma menina; Que esta menina, Vanda, tinha a intenção de namorar com o filho dela depoente (...)" (fl. 175).

Assim, em que pese a retratação do apelante em juízo, negando qualquer envolvimento no crime e afirmando que sua confissão na polícia se deu mediante tortura, tal circunstância não inviabiliza a tese acusatória acolhida pelo Tribunal Popular, que se encontra devidamente fundamentada nas provas dos autos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
RS 357
COMARCA DE RECIFE

Dessa forma, vislumbra-se que a materialidade do crime é inquestionável, e que a tese acolhida pelo Tribunal Popular restou devidamente fundamentada na prova dos autos, não havendo qualquer arbitrariedade ou irregularidade a ser reconhecida.

O Superior Tribunal de Justiça confirma esse entendimento no sentido de que não é manifestamente contrária às provas dos autos a decisão que optou por uma das versões trazidas no processo, como mostra o seguinte julgado:

CRIMINAL. RECURSO ESPECIAL. JÚRI. TENTATIVA DE HOMICÍDIO. RECURSO DEFENSIVO. PLEITO DE NOVO JULGAMENTO. CONTRARIEDADE À PROVA DOS AUTOS. INOCORRÊNCIA. EXISTÊNCIA DE DUAS VERSÕES A RESPEITO DO CRIME. DOSIMETRIA. CULPABILIDADE. ASPECTO SUBSUMIDO AO TIPO PENAL. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

Não se caracteriza como manifestamente contrária à prova dos autos a decisão que, optando por uma das versões trazidas aos autos, não se encontra inteiramente divorciada da prova existente no processo.

Precedentes.

(...)

Recurso parcialmente provido.

(STJ: REsp 1209829/MS, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 16/12/2010, DJe 01/02/2011)

Não há motivos, portanto, que justifiquem a anulação do julgamento proferido pelo Tribunal Popular, visto que não se pode negar haver subsídios probatórios que embasam sua decisão.

Quanto à dosimetria da pena, vale destacar que o juiz sentenciante, depois de considerar desfavoráveis ao sentenciado especialmente os registros constantes em sua ficha criminal, além das circunstâncias e as consequências do crime, fixou a pena-base em 17 (dezessete) anos de reclusão. Em seguida, reduziu a reprimenda em 01 (um) ano, reconhecendo em favor do réu a atenuante prevista no art. 65, III, "d", do CPB, tornando a pena definitiva em 16 (dezesesseis) anos de reclusão.

Com essas considerações, e tendo em vista o reconhecimento pelo Conselho de Sentença das qualificadoras descritas nos incisos I e IV do art. 121, § 2º, do CPB, entendo que a sanção imposta se mostrou razoável e proporcional com os elementos de prova



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

existentes nos autos, não havendo circunstâncias fáticas ou legais que justifiquem a sua alteração.

Ademais, cumpre ressaltar que a primariedade do réu não lhe garante a fixação da pena-base no mínimo legal, tendo em vista a incidência de outras circunstâncias judiciais desfavoráveis.

Ante o exposto, meu voto é no sentido de negar provimento ao recurso interposto pelo réu, Moisés Marques da Silva, mantendo-se integralmente a sentença condenatória, por entender que a decisão do Tribunal Popular está em consonância com o acervo probatório, assim como a dosimetria empregada na decisão recorrida.

É COMO VOTO.

Recife, 08 de

de 2013.


Des. Marco Antonio Cabral Maggi
Relator



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0000942-80.2007.8.17.0990 (0238469-4)

COMARCA: OLINDA

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: MOISÉS MARQUES DA SILVA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARILEA DE SOUZA CORREIA ANDRADE

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

REVISOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA

VOTO

Sr. Des. Presidente

Sr. Desembargador

Sr. Procurador de Justiça

Por não se resignar com a decisão condenatória do Tribunal do Júri proferida em seu desfavor, **MOISÉS MARQUES DA SILVA**, denunciado com incurso nas penas do art. 121, parágrafo 2º, incisos I e IV, c/c art. 29, ambos do CPB, interpôs o presente recurso de apelação criminal, onde postula o conhecimento e conseqüente provimento do seu apelo.

Nas razões recursais, o recorrente pugna pela anulação da decisão do Conselho de Sentença que o condenou, bem como pela sua submissão a novo julgamento, em face do entendimento de ter sido o pronunciamento condenatório, que rejeitou a tese de negativa de autoria, manifestamente contrário ao acervo probatório disposto nos autos. Pleiteia ainda, subsidiariamente, a reavaliação da pena imposta através da dosimetria.

Sem preliminares a serem enfrentadas. Passemos ao exame do mérito recursal.

A materialidade delitiva encontra-se corporificada através da perícia tanatoscópica e de ilustrações fotográficas de fls. 15/26.

Quanto ao pleito do apelante, entendo que não merece acolhida.

Apesar das alegações de uma suposta dissonância da decisão condenatória do Tribunal Popular com relação às provas carreadas aos autos, vislumbro que o pronunciamento do Conselho de Sentença encontra respaldo no acervo probatório.

Ademais, nas razões da apelação, o recorrente aduz que os elementos constantes no inquérito policial somente serão dotados de relevância para o convencimento do magistrado se forem ratificados, reafirmados pelos elementos probatórios colhidos na instrução judicial criminal. Não teriam os elementos extrajudiciais, segundo o recorrente, nenhum valor perante o que foi colhido judicialmente.

Na verdade, uma decisão mais cuidadosa e meticulosa quanto à autoria e materialidade do fato do delituoso deve ser levada a efeito através de uma análise sistêmica do conjunto probatório carreado aos autos. Isto significa que, de forma alguma, elementos judiciais ou extrajudiciais que desempenhem um papel substancial para o convencimento do magistrado deverão ser afastados ou entendidos como desprovidos de valor probante.

Dessa forma, reputo pertinente destacar o depoimento do apelante, em sede inquisitorial, caracterizado pela confissão do crime sob lume:

"(...) disse o depoente que conhecia a vítima e que a mesma foi morta por ele depoente pelo motivo de dias anteriores o BILILIU (vítima) tinha dado três tiros no depoente, no entanto, nenhum dos tiros dados por BILILIU no depoente lhe atingiram; QUE o depoente acrescentou que o fato de BILILIU ter atirado nele foi porque dias antes o depoente tinha conhecido uma menina que provavelmente estava namorando com o BILILIU, no entanto, como o mesmo não gostou do fato do depoente ter conhecido sua namorada, disse o depoente que o mesmo tentou lhe matar; (...)"

Vislumbra-se, portanto, que o crime foi motivado pela disputa da vítima e do apelante por uma mulher conhecida por Vanda. Já em sede judicial, em audiências de instrução e julgamento, depoimentos testemunhais encontram-se em situação de consonância com a afirmação do suposto motivo do crime feita pelo recorrente no depoimento que prestou em sede inquisitorial. Vejamos:

"(...) Que ela depoente viu na televisão o acusado conhecido por MÔ (apelante) confessando haver assassinado o ANDERSON (vítima); Que ela depoente sabe informar que o crime teve como motivação a mulher conhecida por Vanda; (...)" (Mônica Maria Cabral, fl. 175)

Cumpraressaltar que o art. 200 do Código de Processo Penal prevê a divisibilidade e a possibilidade de retratação da confissão, porém, sem prejuízo ao livre convencimento do julgador, fundados no exame sistêmico das provas colhidas.

Esta egrégia corte de Justiça já se manifestou acerca do assunto, adotando posicionamento semelhante:

APELO MINISTERIAL. CRIME. HOMICÍDIO. AUTORIA. TESE DE NEGATIVA ACOLHIDA PELOS JURADOS. CONTRARIEDADE À PROVA DOS AUTOS. INOCORRÊNCIA. SÚMULA 83 TJPE. JÚRI. SOBERANIA. DECISÃO FUNDADA EM PROVAS DEPONENCIAIS. APELO DESPROVIDO. À UNANIMIDADE DE VOTOS. 1. A opção dos jurados pela versão sustentada em plenário pela defesa não contraria a prova dos autos, se encontra amparo no acervo probatório colhido, como alguns dos depoimentos trazidos. Súmula 83 do TJPE. 2. Dada a soberania dos veredictos preconizada na Carta Magna (art. 5º, XXXVIII, c, CF/88), a anulação de decisão do Tribunal do Júri somente é possível se não encontrar respaldo algum no acervo probatório dos autos, o que não ocorrera in casu. 3. A valoração da prova é matéria de exclusiva competência do Júri Popular e sobre ela pode decidir como lhe aprouver, desde que dela não se divorcie frontalmente a decisão proferida 4. Apelo desprovido. Decisão unânime.

(TJ-PE - APL: 310453020078170001 PE 0031045-30.2007.8.17.0001, Relator: Fausto de Castro Campos, Data de Julgamento: 27/11/2012, 1ª Câmara Criminal, Data de Publicação: 228)


Portanto, não há como prosperar a insurgência do apelante. A decisão condenatória do Tribunal Popular encontra-se em perfeita posição de adequabilidade com o acervo probatório constante nos autos.

Quanto ao pleito subsidiário do recorrente, no tocante a uma reavaliação da pena imposta, entendo que a dosimetria concretizada pela magistrada *a quo* foi pautada pela total consonância com os mandamentos legais exigidos pelo art. 68 do CPB, caracterizando-se por uma lúcida valoração interpretativa das circunstâncias judiciais e legais presentes na espécie.

363
À luz de tais fundamentos, senhores Desembargadores, senhor
Procurador de Justiça, na esteira da manifestação ministerial, **voto pelo improvimento**
do recurso de apelação interposto pelo réu Moisés Marques da Silva, de modo que
seja mantida integralmente a sentença condenatória.

É COMO VOTO.

Recife, 8 de setembro de 2013.


Des. Gustavo Augusto Lima

Revisor